

**HISTÓRIA DAS MULHERES E DO GÉNERO.
UMA PROGRESSIVA PRESENÇA INSTITUCIONAL
DE DÚBIA LEGITIMAÇÃO ACADÉMICA**

Teresa Pinto

CEMRI, Universidade Aberta

Resumo Este artigo integra a trajetória da História das Mulheres e do Género no contexto do processo de institucionalização dos Estudos sobre as Mulheres, com particular incidência na realidade portuguesa. Pretende-se problematizar alguns dos condicionamentos que dificultam o pleno reconhecimento académico desta área científica bem como os constrangimentos à investigação e respectiva incorporação nas disciplinas instituídas.

Palavras-chave história das mulheres, género, Portugal, feminismo, (inter)disciplinaridade.

Abstract

Women's and Gender History. An Increasing Institutional Presence with Dubious Academic Legitimation

This article presents the Women's and Gender History trajectory in the context of Women's Studies institutionalisation, especially in Portugal. It aims to discuss the constraints which prevent a complete recognition of this scientific field by the academy and focuses the difficulties to research on this subject and to embody it into institutionalised subjects.

Key-words women's history, gender, Portugal, feminism, (inter)disciplinarity.

Résumé

Histoire des femmes et du genre. Une progressive présence institutionnelle de douteuse légitimation académique

Ce texte intègre la trajectoire de l'Histoire des Femmes et du Genre dans le contexte du processus d'institutionnalisation des Etudes sur le Femmes, notamment au Portugal. On essaie de problématiser les conditions qui empêchent une totale reconnaissance de cette discipline scientifique dans le monde académique, ainsi que les obstacles à la recherche dans ce domaine et à la respectiva incorporation dans les disciplines instituées.

Mots-clés histoire des femmes, genre, Portugal, féminisme, (inter)disciplinarité.

1. Introdução

Nas últimas três décadas, os Estudos sobre as Mulheres e a História das Mulheres têm granjeado legitimidade nas universidades e nos centros de investigação e têm conquistado espaços editoriais prestigiados, como é o caso de revistas académicas especializadas (Thébaud, 1998; Cova, 1998; Cova, 2001). Em inícios da

década de 1980, nos EUA, país onde esta área de estudos teve um desenvolvimento mais precoce e acelerado, funcionavam 300 programas universitários e esse número subiu para 600, em 1990, e 700 na entrada do século XXI (Boxer, 2001). A nível internacional, nos primeiros anos da década de 1990, existiam programas de estudos, centros de investigação e publicações sobre as mulheres em mais de uma centena de países (Cova, 2001). Em 1997 funcionavam programas de estudos sobre as mulheres e de género em 32 países europeus (Ramos, 2003).

A institucionalização académica desta nova área de investigação tem seguido vias e ritmos diferenciados nos vários países. Beatriz Nizza da Silva destacou três tipos fundamentais de soluções adoptadas. O aproveitamento da «brecha oferecida por cada área académica» (Silva, 1999: 43), sobretudo em países onde as universidades se estruturam de forma mais flexível, como o Canadá, os EUA e, mesmo, o Brasil, tem permitido a realização de teses de doutoramento em temáticas relevantes para o estudo das mulheres. Tal não é o caso, como sublinha a autora, de Portugal e da maioria dos países europeus, onde um projecto de investigação pode ser recusado por um orientador ou um departamento. Uma segunda solução tem sido a criação, por investigadoras e alguns investigadores, de núcleos ou centros de investigação nas universidades, os quais constituem lugares institucionais para a realização e divulgação de estudos no domínio em questão. Por último, a autora refere a organização de programas específicos de pós-graduação em Estudos sobre as Mulheres.

A integração institucional, todavia, não é sinónima de plena legitimidade académica. O facto de os estudos sobre as mulheres serem, em geral, introduzidos na universidade pelas camadas mais baixas da hierarquia académica, «*par la petite porte*» (Chaponnière, 2004: 14), constitui, à partida, um obstáculo à sua legitimidade, verificando-se que a sua aceitação assume, por vezes, a forma de tolerância, decorrente de uma mera postura *politicamente correcta*. Deste modo, mesmo quando logram estabelecer-se, os estudos sobre as mulheres e de género permanecem isolados, confinados a *ghettos*, o que se torna ainda mais acentuado quando se inscrevem na interdisciplinaridade. O desvio face à compartimentação científica é visto como sinónimo de acientificidade. O facto de os apoios académicos e financeiros aos projectos de investigação se organizarem em função das áreas científicas já instituídas dificulta, também, a viabilização de propostas em áreas novas ou interdisciplinares (Joaquim, 2001).

Programas universitários, revistas ou conferências podem ser indicadores do alargamento e consolidação da história das mulheres, mas não são sinónimo do seu enraizamento naquela que se poderia designar por «grande história» (Cova, 1999b: 49-55). O processo de reconhecimento tem sido lento, com excepção para os EUA, onde, desde os anos 1970, revistas prestigiadas da história, como a *History and Theory*, *The American Historical Review* ou a *French Historical Studies* têm integrado artigos ou consagrado números especiais a esta temática (Thébaud, 1998). Na Europa, podem também identificar-se alguns casos de abertura editorial nos anos 1980, com a publicação de números dedicados à história

das mulheres em algumas revistas conceituadas de história, mas uma inclusão mais sistemática não foi, ainda, alcançada (Bock, 1991). A situação é ainda mais notória nas obras gerais, nas quais «a realidade delas foi acrescentada; não alterou a linha orientadora» (Dumont, 2002: 104). A inserção da história das mulheres na chamada história mundial tem-se revelado também difícil nos EUA, quer ela seja abordada a partir de temas (como gerir a selecção face ao diferente impacto dos temas em homens e mulheres?) ou de culturas (como evitar a tendência para a estereotipia reducionista?), quer numa óptica mais integrada e comparativa (correndo riscos como, por exemplo, o de integrar Catarina a Grande «como elemento de um grupo genérico de déspotas esclarecidos» (Strobel e Bingham, 2004: 23) e, desse modo, descentrar a análise do facto da Rússia ter sido governada por mulheres ao longo de quase todo o século XVIII. Em qualquer dos casos, a incorporação da história das mulheres permanece deficitária.

Anne Cova (2003) sublinha a importância, em termos de reconhecimento académico, da temática das mulheres ter passado a constar, desde os anos 1980, do International Congress of Historical Sciences. Encontram-se filiadas no Comité Internacional de Ciências Históricas, organizador daquele Congresso, vinte e quatro organizações internacionais, incluindo a International Federation for Research in Women's History na qual se encontra filiada a Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres (APIHM).

2. A institucionalização académica nos EUA

Nos EUA, o reconhecimento dos *women's studies*¹ e da história das mulheres resultou de uma forte implantação da sua investigação e do seu ensino a nível académico. Entre 1978 e 1995 foram atribuídos neste país mais de 10 000 diplomas de doutoramento nesta área de estudos (Boxer, 2001). Os suportes institucionais foram essenciais para o seu desenvolvimento e legitimação. O apoio da *Berkshire Conference of Women Historians* à investigação em história das mulheres, bem como os financiamentos por parte de entidades públicas e privadas, de que é exemplo a Fundação Ford, são algumas das iniciativas que, nos anos 1970, convergiram naquele sentido (Scott, 1988; Nash, 1984²). Note-se que o colóquio bienal «*Berkshire Conference*» congrega milhares de investigadores de ambos os sexos (Hufton, 1995).

A relação, nos estabelecimentos de ensino superior públicos norte-americanos, entre investigação e docência, por um lado, e entre número de matrículas e

¹ Optou-se, para o contexto dos EUA, por não traduzir a expressão *women's studies*, dado que ela comporta uma multiplicidade de significados que as traduções adoptadas pelas línguas latinas não logram abarcar. A expressão mais usualmente utilizada no contexto português, *estudos sobre as mulheres*, indica um objecto de estudo, mas não o sexo ou a atitude politicamente comprometida (p. ex. feminista) de quem o realiza.

² Nesta obra, Mary Nash divulga em língua castelhana uma selecção de comunicações apresentadas na 1.ª e na 2.ª Conferências de Berkshire, realizadas, respectivamente, em 1973 e 1974.

dotação orçamental, por outro, mostrou-se um factor favorável ao incremento dos *women's studies*, muito pretendidos, nas décadas de 1970 e 1980, pela massa estudantil, em detrimento de cursos mais tradicionais. A procura por parte do corpo discente e o aumento de uma oferta assente na contratação de jovens professoras/investigadoras, exteriores aos quadros académicos, conferiu aos *women's studies* nos EUA uma forte ligação com os movimentos feministas. O seu cunho interdisciplinar atraiu públicos diversificados, pois dava a possibilidade de especialização em áreas que não integravam os departamentos disciplinares clássicos. Sublinhe-se, todavia, que a história e a literatura ocuparam um lugar de destaque nos primeiros cursos em *women's studies*, o que se tem reflectido, não só no domínio quantitativo da investigação, mas também no papel que a história, em conjunto com a antropologia, desempenhou na elaboração dos primeiros quadros conceptuais da teoria feminista (Boxer, 2001; Cova, 2001).

A consciência do reduzido impacto dos *women's studies* no reduto das disciplinas tradicionais, incluindo a história, conduziu, nos EUA, a uma necessidade de aprofundamento teórico que não era ainda sentida no quadro europeu. Assim, a filosofia pós-estruturalista europeia iria influenciar as teorias feministas americanas com um grau de profundidade, desenvolvimento e veemência inatingido nos países do velho continente (Boxer, 2001).

Nos últimos anos, muitas Universidades nos EUA têm introduzido, nos cursos de licenciatura, a obrigatoriedade de frequência de disciplinas ligadas aos estudos de género ou da multiculturalidade (Zook, 2002). A inclusão de opções sobre história das mulheres, literatura feminina e outras nos níveis de licenciatura também contribuiu para aumentar a procura e, em consequência, a oferta de cursos de pós-graduação, mestrados e doutoramentos, nas áreas dos estudos sobre as mulheres. A preocupação de integrar cursos e programas no meio académico não foi, porém, acompanhada, pelo menos no que respeita à história das mulheres e do género, por um cuidado equivalente em potenciar as investigações realizadas para fins de ensino, apetrechando o corpo docente de materiais e proporcionando-lhe oportunidades de formação. Alguns projectos nesse sentido têm vindo a ser desenvolvidos nos últimos anos, disponibilizando recursos na Internet (Strobel, e Bingham, 2004³).

3. A institucionalização académica na Europa

Na Europa, a implantação institucional dos estudos sobre as mulheres e da história das mulheres tem sido, em geral, mais lenta e menos generalizada, sendo, todavia, de relevar as diferenças decorrentes dos distintos contextos

³ As autoras destacam «The National Women's History Project», [em linha] disponível em <http://www.nwhp.org> [consultado em 15/12/2006] e «The Clio Project Worldwide Women's History on the Web», [em linha] disponível em <http://www.clioproject.org> [consultado em 15/12/2006].

nacionais. Pode-se, no entanto, identificar um nível de resistência, que não se atém às fronteiras nacionais, por parte da comunidade intelectual instituída e que resulta da desconfiança face a duas particularidades associadas aos estudos sobre as mulheres: a marca (real e/ou simbólica) de dupla pertença (com limites mal definidos) das investigadoras ao mundo académico e ao movimento feminista; o destaque atribuído ao questionamento teórico-epistemológico da importância da identidade do sujeito que investiga, ou seja, da sua própria identidade sexual, na construção do conhecimento (De Giorgio, 1996). Dolores Ramos alerta para o facto de a criação do espaço universitário europeu poder constituir uma oportunidade (a aproveitar ou a perder) de afirmação dos estudos sobre as mulheres e de género no campo académico (Ramos, 2003).

Não obstante as especificidades nacionais, a Europa do noroeste – em particular o Reino Unido e a Holanda (Crabbe, 1985; Gubin, 1994⁴) – e a do norte escandinavo distinguem-se pela maior difusão e institucionalização desta área de estudos. Situando-se Portugal na designada Europa do Sul, justifica-se integrar a sua análise num balanço que privilegie os ritmos, as direcções e as dificuldades de consolidação desta área de estudos em França, Itália, Espanha e Grécia⁵. Portugal, Espanha e Grécia evidenciam em comum um desenvolvimento mais tardio dos estudos sobre as mulheres e em história das mulheres mercê do restabelecimento recente da democracia (meados da década de 1970), mas as suas trajetórias apresentam-se distintas (Cova, 1998).

3.1. França

Em França, foi sob o ímpeto feminista dos anos 1970 que se desenvolveu a crítica e a desmistificação da falsa neutralidade científica, vista como instrumento da dominação masculina sobre as mulheres. A elaboração de teorias feministas que sustentassem a acção prevaleceu, então, sobre a investigação empírica. A constituição dos primeiros grupos de pesquisa feminista nas universidades francesas foi, pois, tardia e, salvo alguns casos, muito localizados, verificou-se só na década seguinte⁶. A organização, em 1982, do colóquio «*Femmes, féminisme, recherche*», em Toulouse, na sequência do qual seriam atribuídos os três primeiros lugares de investigação em estudos sobre as mulheres nas universidades france-

⁴ Na Bélgica, por exemplo, os primeiros estudos são tardios e centraram-se na análise dos manuais escolares de algumas disciplinas, incluindo a História, evidenciando a omissão das mulheres e fornecendo informação no sentido de corrigir as lacunas identificadas. Neste país a produção tem-se situado, na maioria, fora dos meios académicos.

⁵ A adequação e pertinência da categoria *Europa do sul* para a história das mulheres, bem como os problemas decorrentes da utilização de categorias demasiado homogeneizadoras e conotadas a diferenciações valorativas – norte/sul como equivalente a desenvolvido/subdesenvolvido ou a centro/periferia – são questionados por Bock e Cova, 2003: pp. 1-8.

⁶ Podem referir-se, a título exemplificativo, duas iniciativas da década de 1970: o Centre d'Études Féminines de l'Université de Provence (criado em 1972 e reconhecido em 1976) e a primeira revista de história das mulheres *Pénelope. Pour l'histoire des femmes* (1979).

sas, representa um marco dessa viragem, que foi entendida também como fractura entre feminismo e investigação. O percurso de institucionalização, todavia, revelou-se difícil, fosse pela ausência de políticas sustentadas de apoio financeiro por parte do Estado, fosse pelos condicionalismos de progressão nas carreiras universitária e de investigação, que atingiam, em especial, as investigadoras que mantinham uma atitude feminista mais assumida ou trabalhavam temas menos-prezados pelo poder institucional, como a homossexualidade (Bard, 2003).

O contexto disciplinar rígido das universidades francesas, pouco favorável à interdisciplinaridade, e o receio de isolamento no seio das instituições e da comunidade intelectual conduziram muitas investigadoras a uma solução intermédia. Em vez de criarem cursos específicos em estudos sobre as mulheres ou em história das mulheres, organizaram grupos ou núcleos de trabalho dentro das instituições. Estes não chegaram a converter-se em cursos e departamentos específicos em *women's studies*. Face à forte resistência institucional, os movimentos feministas, apesar de diversas organizações se terem congregado, em 1989, na Association Nationale d'Études Féministes, demonstraram-se incapazes de impor as suas reivindicações nesse sentido. Deste modo, as investigações têm estado sediadas na academia, em algumas universidades, mas, ou são o produto de investigações individuais, no âmbito de doutoramentos, por exemplo, ou emergem de grupos disciplinares ou interdisciplinares de investigadoras e alguns investigadores, cuja inserção institucional varia em função do estatuto académico da investigadora coordenadora (Perrot, 1998; Bard, 2003). Arlette Farge sintetizava, em 1979, a posição prevalecte nas historiadoras francesas ao opor-se à institucionalização da história das mulheres como campo específico da história, considerando que «um lugar que nos é concedido é sempre um lugar controlado, um enclave do qual nem sempre se sai incólume, um gueto onde não é bom permanecer» (Farge, 1979: 18).

O dinamismo deste *feminismo intelectual* foi, porém, notável⁷. Podem destacar-se, entre outros, os casos de Michelle Perrot, na Universidade de Paris VII, de Yvonne Kniebiehler, na Universidade de Provence, e de Marie-France Brive, na Universidade de Toulouse, organizadoras de cursos, debates e colóquios nas décadas 1970 e 1980. No primeiro grupo inscreveu-se o colectivo responsável por *L'Histoire sans Qualités*, editado em 1979, e o núcleo inicial da equipa da *História das Mulheres no Ocidente*, publicada na versão original entre 1991 e 1993 (Dufrancatel, et al., 1979; Duby e Perrot, 1993-1995; Perrot, 1998; Thébaud, 2003).

A publicação desta obra de referência, a realização de colóquios e seminários nas universidades, a proliferação da pesquisa empírica em história das mulheres e do género e o seu reconhecimento expresso por parte de historiadores e outros investigadores consagrados, como Georges Duby, Jean Delumeau,

⁷ A expressão *feminismo intelectual* é utilizada para distinguir a investigação realizada no quadro académico do *feminismo militante*, associado à acção de cariz sociopolítico e à produção de teorias feministas fora do quadro institucional (Bard, 2003).

Roger Chartier, Alain Corbin, Maurice Godelier, Pierre Bourdieu e outros, têm contribuído para consolidar a sua imagem pública. A sua legitimação no interior da ciência histórica, porém, não acompanhou tão rapidamente esta tendência (Perrot, 2002; Thébaud, 2003). A história das mulheres permaneceu até muito tarde ausente das revistas universitárias e da especialidade. A prestigiada revista *Annales* tardou até 1993 para organizar um dossier sobre «história das mulheres, história social» (Thébaud, 1998; Cova, 2001). O facto da *História das Mulheres no Ocidente*, de direcção francesa, ter resultado da iniciativa de uma editora italiana e da versão francesa ter sido recusada pela editora *Le Seuil* ilustra a resistência dos editores deste país a publicar obras neste domínio (Thébaud, 2004). A inclusão no *Service du Droit des Femmes*⁸, desde os anos 1990, de uma linha de financiamento destinada a estudos, teve o efeito de acantonar os projectos feministas culturais num organismo específico sobre os direitos das mulheres e, em consequência, retirar-lhes legitimidade no seio dos ministérios da investigação, da educação e do ensino superior.

A partir de 1995, porém, assiste-se a um recrudescimento de iniciativas convergentes de âmbito académico – revistas, colóquios, associações⁹ –, do movimento feminista – mobilização activa e massiva em torno de questões políticas controversas¹⁰ – e das instâncias governativas – medidas políticas em prol da igualdade entre mulheres e homens¹¹. A desejada integração encontrou um contexto mais favorável, reforçado pela substituição, cada vez mais generalizada, do termo mulheres pelo de género, pelo alargamento dos estudos às problemáticas da masculinidade e das sexualidades e pela constituição de equipas de investigação mistas. Christine Bard sugere que os estudos feministas se tornaram, em França, o pólo mais dinâmico do feminismo. Não obstante, como confessava

⁸ Mecanismo nacional francês para a igualdade entre mulheres e homens.

⁹ Constituem exemplos a revista *Clio. Histoire, femmes et sociétés* (1995), que pretendeu desde o início introduzir a dimensão internacional da história das mulheres (Thébaud, 2004); o colóquio «Une histoire sans les femmes est-elle possible?» (Rouen, 1997); um conjunto de associações criadas em 2000: Société internationale d'étude des femmes sous l'Ancien Régime (SIEFAR), Archives du féminisme (ARCHFEM) e Association pour le développement de l'histoire des femmes et du genre (Mnemosyne) (Bard, 2003).

¹⁰ Preparação da IV Conferência mundial da ONU sobre as mulheres (Pequim, 1995); aborto; paridade (Bard, 2003)

¹¹ Destaca-se a *Convention pour la promotion de l'égalité des chances entre les filles et les garçons, les femmes et les hommes dans le système éducatif*, assinada em 25 de Fevereiro de 2000 pelos Ministros do Emprego e Solidariedade, da Educação Nacional, Investigação e Tecnologia, da Agricultura e Pescas, pela Ministra delegada responsável pelo Ensino Escolar e pela Secretária de Estado para os Direitos das Mulheres e para a Formação Profissional (Pinto, 2007). Esta convenção interministerial contém um programa global de igualdade de oportunidades no sistema educativo no âmbito do qual o IUFM (Institut Universitaire de Formation des Maîtres) de Lyon foi designado como o estabelecimento piloto para a concretização da convenção no que respeita à articulação entre os centros de investigação em estudos e história das mulheres e as instituições de formação de docentes. Sob a coordenação da historiadora Michelle Zancarini-Fournel foram elaborados módulos de formação e foram criados um Seminário e um Centro de documentação (ASPASIE) sobre história das mulheres e do género e educação (Thébaud, 2004).

Françoise Thébaud a Janine Silva, «resta ainda o problema da institucionalização» (Silva, 2003), ou seja, de um reconhecimento legitimado por lugares de quadro no ensino superior e nos institutos de investigação, no incremento de centros de pesquisa e de arquivos documentais e, ainda, no estabelecimento de programas de formação de docentes.

3.2. Itália

Michela De Giorgio (2003) filia em três trabalhos fundadores, produzidos, entre 1963 e 1976, por investigadoras italianas, as origens da história das mulheres naquele país. Nesta primeira fase, a influência dos *women's studies* americanos não teve o peso que mais tarde se lhe atribuiu. Para esta autora, o arranque da história das mulheres em Itália liga-se sobremaneira ao trabalho desenvolvido por um pequeno grupo de historiadoras reunido em torno de três revistas, *Quaderni Storici* (1966), *DWF. Donna-Woman-Femme* (1975), que foi a primeira revista italiana em estudos sobre as mulheres, e *Memoria. Rivista di storia delle donne* (1981), a qual se constituiu num fórum de debate de ensaios, nacionais e estrangeiros, com particular ênfase nas problemáticas teóricas (De Giorgio, 1996). Inaugurou-se, assim, nos anos 1980, uma segunda fase, marcada pela procura de legitimidade teórica e política e pela grande abertura à problemática das relações simbólicas do poder. Um ensaio de 1983 de Gianna Pomata, que colocava a história na interface da história e da antropologia, suscitou um profícuo debate interdisciplinar e o artigo de Joan Scott (1986), sobre a categoria de género, foi traduzido e publicado em Itália no ano seguinte, ou seja, um ano antes da versão francesa (De Giorgio, 2003). As historiadoras e outras investigadoras italianas demonstraram uma apetência especial, no contexto dos países do sul da Europa, pelos contributos teóricos provenientes dos *women's studies* americanos.

Em 1989 foi criada a Società Italiana delle Storiche, que congregou as investigadoras em história das mulheres e pugnou pela afirmação institucional desta área de estudos. No entanto, o facto da editora italiana Laterza ter entregue a *História das Mulheres no Ocidente* (Duby e Perrot, 1993-1995) a uma equipa de coordenação francesa (tornando maioritária a colaboração deste país) sugere, ou uma certa falta de reconhecimento público do trabalho das historiadoras nacionais ou/e a insuficiente investigação empírica produzida. Sobre este assunto, Victoria De Grazia comentava, em 1991, que o grande investimento na reflexão teórica não fora acompanhado, em Itália, por equivalente produção de investigação empírica (De Giorgio, 1996). Nos anos 1990, o êxito daquela obra junto do público e o incremento dos estudos empíricos convergiram no sentido de um maior acolhimento editorial, o que proporcionou o aumento substancial das publicações.

Em finais dos anos 1990 e inícios do novo século multiplicaram-se os Centros de Investigação (33 em 2006) e as universidades foram integrando os estudos sobre as mulheres e de género nos seus programas de estudo. Em 2006, o obser-

vatório sobre estudos de género nas universidades italianas, sediado na Universidade de Nápoles *Federico II*¹², recenseava 5 doutoramentos (Roma e Nápoles), um dos quais em História; 7 cursos de mestrado ou pós-graduação (Milão, Bergamo, Trento, Roma, Palermo e um *on line*); 12 disciplinas, seis delas de história, a funcionar em dez universidades¹³; um programa de estudos de género no Instituto Universitário Europeu de Florença e uma licenciatura em história das mulheres e do género a funcionar na Universidade de Bolonha desde 2001/02.

O panorama dos cursos não parece inverter a fragilidade institucional dos estudos sobre as mulheres, situados sobretudo no campo das matérias opcionais, e a avaliação, enunciada por Michela de Giorgio em 1995, de que «as relações com as instituições académicas permanecem ainda o ponto fraco da história das mulheres na Itália» (De Giorgio, 1996: 428), não perdeu ainda actualidade.

3.3. Espanha

Em Espanha, após algumas iniciativas esporádicas nos anos setenta, assisteu-se, na década seguinte, ao forte incremento dos estudos sobre as mulheres e, em 1991, as universidades contavam já com quinze grupos de investigação interdisciplinar, três dos quais em história das mulheres (Cova, 1998). A criação da Asociación Española de Investigación Histórica de las Mujeres (1991) e da revista *Arenal. Revista de Historia de las Mujeres* (1994) criou espaços de debate e de divulgação na área da história das mulheres que muito contribuíram para o crescente número de historiadoras e da respectiva produção. O reconhecimento da investigação em estudos sobre as mulheres e de género conferido, em 1995, pelos organismos ministeriais ligados aos programas de Investigação e Desenvolvimento traduziu-se, não só em incentivos financeiros, mas também na obtenção de prestígio académico (Nash, 2003).

Em 2006, a AUDEM (Asociación Universitaria de Estudios de las Mujeres) registava, nas universidades espanholas, 63 centros de investigação em estudos sobre as mulheres, seis dos quais associados a faculdades ou departamentos de história (Barcelona, Castilón de la Plana, Las Palmas, Madrid, Oviedo, Tarragona) e oito a faculdades de filosofia e letras (Albacete, Barcelona, Cadiz, Granada, Palma, Valladolid, e dois em Málaga)¹⁴. O menor crescimento relativo dos centros mais directamente dedicados à história das mulheres em relação aos interdisciplinares já tinha sido percebido por Anne Cova (1998), induzindo a autora a interrogar-se sobre o seu significado. A produção historiográfica espanhola em história das mulheres e do género é, porém, assinalável, com predomínio dos estu-

¹² Osservatorio sulla differenza/differenze, [em linha] disponível em www.osservatoriosulladifferenza.unina.it/ricerca.htm [consultado em 12/10/2006].

¹³ Turim, Florença, Verona, Ferrara, Veneza, Teramo, Trieste, Aquila, Bolonha, Pavia.

¹⁴ As universidades das comunidades autónomas de Andaluzia, Barcelona e Madrid concentram 62% dos centros registados (AUDEM, 2006).

dos regionais, entre os quais se destacam os da Catalunha, da Andaluzia e do País Basco. Esta particularidade apresenta a mais-valia, segundo Mary Nash (2003), de permitir examinar a diversidade no interior de um Estado e de enriquecer, com a introdução da categoria de género, a análise da construção cultural e política do nacionalismo, das identidades nacionais e da edificação do próprio Estado.

A nível editorial, para além das publicações das universidades e do Instituto de la Mujer, são de assinalar algumas editoras (Cátedra, Castalia) que têm dado à estampa colecções ou obras de história das mulheres. Dolores Ramos (2003: 102) afirmava que 24,5% do total de edições no âmbito dos estudos de género pertenciam à área da história. O reconhecimento público da importância das mulheres na história traduziu-se na renomeação de ruas, atribuindo-lhes nomes femininos, e na elaboração de guias com percursos pelos locais ligados a actividades femininas em algumas cidades (Nash, 2003). Não obstante esta dinâmica, o reconhecimento institucional da história das mulheres permanece insuficiente e desproporcionado face ao aumento da produção historiográfica. O aumento dos centros de investigação, do número de especialistas e da produção em história das mulheres não logrou ainda inverter a sua situação periférica no quadro geral da disciplina histórica. É necessário, segundo a historiadora Dolores Ramos (2003), ampliar e consolidar a docência e as linhas de investigação. A inclusão de painéis sobre a temática em importantes Congressos Anuais de História, desde finais dos anos 1990, revela, no entanto, uma maior permeabilidade por parte da comunidade histórica instituída (Nash, 2003).

3.4. Grécia

Na Grécia o processo de institucionalização dos estudos e da história das mulheres tem sido mais lento e denota algumas particularidades. O contexto político democrático pós 1974 favoreceu o desenvolvimento e afirmação de uma nova historiografia, mas esta mostrou-se indiferente e, mesmo fechada, à história das mulheres. Face ao modelo historiográfico até então dominante, a «historiografia neo-helénica» (Avdela, 2003: 84) contrapôs uma reinterpretação da história nacional, sobretudo da época contemporânea, mas as duas grandes tendências seguidas pela nova produção, a da história económica e estrutural, de influência francesa, e a da história política anglo-americana, mostraram-se, segundo Efi Avdela (2003), pouco dirigidas para as problemáticas da história social propriamente dita, na qual se situava grande parte da investigação sobre as mulheres. Neste contexto, quando se processou a reforma das instituições universitárias, com a criação de novos estabelecimentos e respectiva descentralização geográfica, as disciplinas e praticantes da nova historiografia obtiveram o seu lugar institucional, mas a história das mulheres ficou à margem.

Os primeiros estudos em história das mulheres, de autoria grega, foram realizados no âmbito de doutoramentos realizados no estrangeiro, a maioria em França, beneficiando do apoio financeiro de centros de investigação semipúblicos. Entre

1985 e 1990 foram publicados seis desses trabalhos. O encerramento desses centros na década seguinte e a marginalização da história das mulheres nas instituições académicas constituíram factores de bloqueio à investigação nesta área.

Nos últimos anos, o interesse crescente da historiografia grega pela história social e cultural tem conduzido à integração da problemática de género na investigação, traduzindo-se na introdução de disciplinas ao nível de licenciaturas e de mestrados sobre história das mulheres e do género. Em 2006, o Centro de Estudos de Género da Universidade Panteão de Atenas recenseava, no conjunto das universidades gregas, quatro programas de mestrado, um deles em história e antropologia (Mitilene, Lesbos), um em filosofia (Atenas) e dois em educação (Atenas e Rodes) e um de doutoramento em estudos de género (Rodes).

3.5. Portugal

Em Portugal, como salienta Irene Vaquinhas, «tudo remonta ao 25 de Abril de 1974...» (Vaquinhas, 2002c: 148). Sob as novas condições democráticas, a história, como as outras ciências sociais e humanas, empreendeu o estimulante caminho da abertura e da mudança de paradigmas epistemológicos, teóricos e metodológicos. A conjuntura parecia favorável aos estudos e à história das mulheres, mas o seu incremento realizou-se à margem da universidade. A Comissão da Condição Feminina (CCF), mecanismo nacional para a igualdade, revelou-se a grande impulsionadora dos estudos sobre as mulheres, nos anos 1970 e 1980, face ao carácter pontual e descontínuo das actividades emanadas do meio universitário. A CCF publicou, na segunda metade da década de setenta, estudos sobre a situação das mulheres a nível demográfico, do direito, do emprego, da educação, da publicidade e do planeamento familiar e, ainda, biografias de mulheres do feminismo português de finais do século XIX e inícios do século XX (CIDM, 2004; Silva, 1993, 1999a; Cova, 1999). Em 1983 promoveu, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, um seminário de «Estudos sobre as Mulheres», acompanhado de uma exposição bibliográfica (Silva, 1983). No que respeita a iniciativas académicas, constituem marcos importantes os dois colóquios realizados em 1985, um no Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, intitulado «A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais», e o outro organizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, subordinado ao tema «Mulheres em Portugal» (Cova, 2003; Vaquinhas, 2002c). No ano seguinte, um seminário organizado pela CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (antiga CCF) com o apoio da Junta Nacional de Investigação Científica, introduz a temática de «A Mulher e o Ensino Superior, a Investigação Científica e as Novas Tecnologias em Portugal» (AAVV, 1987). Embora as universidades tivessem acusado um período de interregno na realização deste tipo de iniciativas, os trabalhos de investigação prosseguiram no seu interior, como atesta o elevado número de dissertações de mestrado e algumas de doutoramento defendidas, nas universida-

des portuguesas, nos finais da década de 1980 e inícios da seguinte¹⁵. A primeira tese de doutoramento em história das mulheres numa universidade portuguesa seria apenas concluída em 1991 (Barreira, 1991).

Em 1990, as Organizações Não Governamentais de Mulheres do Conselho Consultivo da CIDM instituíram três prémios, um dos quais, intitulado Carolina Michaëlis de Vasconcelos, destinado a estimular trabalhos de investigação em estudos sobre as mulheres¹⁶. No ano seguinte foi criada a Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM), que tem organizado diversos Colóquios e mantém, desde 1999, a publicação da revista semestral interdisciplinar *ex æquo* (Ferreira, 2000). Em 1993, a CIDM/CCF organizou, em conjunto com esta associação, um seminário de «Estudos sobre as Mulheres em Portugal», realizado nas instalações do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (AAVV, 1993). Para além do balanço da investigação produzida, foram apresentados estudos em curso e/ou de conclusão recente. A produção historiográfica nacional naquela área era ainda recente e diminuta, como ressalta dos primeiros balanços historiográficos elaborados por Irene Vaquinhas, em 1993 e em 1996 (Vaquinhas, 1996).

A partir de meados dos anos noventa, porém, a situação altera-se. Na Universidade Aberta, em 1995 e em 2002 foram criados, respectivamente, o primeiro mestrado e o primeiro ramo de doutoramento em Estudos sobre as Mulheres, o último com três especialidades, uma delas em História das Mulheres e do Género (Joaquim, 2001). Ainda em 1995, a disciplina «As mulheres no mundo contemporâneo: História comparada», incluída no Mestrado em História Económica e Social Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, inaugurou a introdução da temática em estruturas curriculares existentes (Sousa, 2001; Vaquinhas, 2004).

Em 1997 foi constituída a APIHM, cujo dinamismo se tem traduzido na realização de Encontros e publicação das respectivas actas, logrando congregar historiadoras conceituadas, nacionais e estrangeiras, a par de náveis investigadoras e investigadores (Alvim, 2000). No ano seguinte foi criado o centro de investigação *Estudos sobre a Mulher*, sediado na Universidade Nova de Lisboa, que lançou a primeira revista em história das mulheres, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* (1999), e que organizou o recente mestrado interdisciplinar «Estudos sobre as mulheres. As mulheres na sociedade e na cultura» naquela universidade. Em 1999 abriu o primeiro concurso ao abrigo de uma linha específica de financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) para projectos de investigação no domínio das relações sociais de género e das políticas para a igual-

¹⁵ Sem pretensão de exaustividade, identificaram-se, para o período entre 1988 e 1993 onze dissertações, três das quais de doutoramento: Fonseca, 1988; Bretes, 1989; Esteves, 1989; La Fuente, 1989; Rocha, 1989; Ribeiro, 1990; Barreira, 1991; Correia, 1991; Ribeiro, 1992; Lamas, 1993; Miranda, 1993. Em 1993 foi defendida em Inglaterra uma dissertação de doutoramento sobre História das Mulheres em Portugal (Araújo, 1993).

¹⁶ SILVA, Maria Regina Tavares da, «Estudos sobre as mulheres em Portugal. Um olhar sobre o passado», *Ex æquo*, n.º 1, 1999, pp. 17-28.

dade entre mulheres e homens em Portugal, o que constituiu um passo decisivo no processo de legitimação institucional desta área de estudos¹⁷. Diversos projectos em história das mulheres têm sido aprovados no quadro deste programa (Cova, 2001; Joaquim, 2004).

Este novo impulso foi acompanhado pela realização de numerosos seminários e colóquios. Destacam-se, a nível da história, o colóquio «A História das Mulheres», promovido pela APEM, em 1995, sobre a publicação da versão portuguesa da *História das Mulheres no Ocidente*, dirigida por Georges Duby e Michelle Perrot (Duby e Perrot, 1993-1995); dois Cursos de Verão da Arrábida, o primeiro, em 1997, coordenado por Olwen Hufton, intitulado *Endendering the European Academy. Women's Studies, Gender Issues, Changes and Resistances*, e o segundo, em 1999, coordenado por Gisela Bock e Anne Cova, sobre *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles* (Cova, 2003). Em 1997, a Universidade de Coimbra acolheu o Third European Feminist Research Conference, subordinado ao tema *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, o qual reuniu, durante cinco dias, cerca de uma centena e meia de comunicantes de diferentes disciplinas e provenientes de mais de trinta países (Ferreira e Tavares, 1998). Em 2001 e 2002, a APEM comemorou os dez anos da sua existência com um conjunto de estudos e um Encontro¹⁸ destinados a fazer um balanço do estado de desenvolvimento e da produção em estudos sobre as mulheres nas várias áreas disciplinares, incluindo a história, realizada ao longo de trinta anos (Ex æquo, 2001, 2002).

Em 2003 foram recenseadas doze universidades onde se realizam estudos sobre as mulheres, sendo que algumas reúnem vários núcleos ou centros de investigação (Sousa, 2003). Em 2006, os estudos sobre as mulheres e o género estavam já presentes em mestrados de diversas áreas, registando-se, no conjunto, dois interdisciplinares (U. Aberta e FCSH da U. Nova de Lisboa) e dois de educação (FPCE da U. do Porto e U. de Évora). A progressiva implementação do Processo de Bolonha tem provocado algumas alterações no mapeamento dos Estudos sobre as Mulheres e o Género em Portugal, sobretudo ao longo de 2006 e de 2007, conduzindo, quer à adequação de pós-graduações e mestrados que já se encontravam a funcionar, quer à emergência de novos cursos¹⁹. Este crescimento tem-se revelado fértil em produção de conhecimento, designadamente na História, como testemunham os balanços historiográficos mais recentes (Cova, 2003; Vaquinhas, 2003). As investigações empíricas predominam, procurando preencher, com grande massa informativa laboriosamente recolhida em arquivos e bibliotecas, as grandes lacunas sobre a história das mulheres. Faltam, todavia, «as

¹⁷ A linha de financiamento resultou de um protocolo firmado em 1998 entre a FCT e a CIDM. Foram abertos concursos subsequentes em 1999, 2003 e 2005.

¹⁸ Encontro *O Século dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Santarém, 14 e 15 Janeiro de 2002.

¹⁹ Destaca-se, pelo carácter interdisciplinar, o recente mestrado em Estudos Feministas da FL da U. Coimbra.

sínteses gerais e as interpretações de conjunto» (Vaquinhas, 2003: 36), bem como reflexões e debates de ordem teórica.

Verifica-se, também, desde finais dos anos 1990, uma maior abertura das editoras comerciais (Afrontamento, Celta, Colibri, Cosmos, Livros Horizonte, Quimera, entre outras) face aos estudos sobre as mulheres e de género, incluindo os de história das mulheres, o que tem proporcionado a publicação de repertórios bibliográficos, dicionários e teses de mestrado e doutoramento²⁰. Também alguns dicionários de História mais recentes têm incluído numerosas entradas sobre as mulheres (Nóvoa (dir.), 2003; Cruz e Pinto (dir.), 2004-2005). Os grandes colóquios e encontros de história, promovidos pelas universidades, pelos institutos de investigação ou pelas associações científico-pedagógicas da disciplina continuam, porém, a não eleger a história das mulheres como tema de desenvolvimento de uma conferência de abertura, de uma sessão temática, de um painel, de uma mesa, de um *atelier*, e são raras e isoladas as intervenções que neles ocorrem sobre este domínio (Cova, 2003).

4. O impacto dos feminismos na agenda internacional

As primeiras pesquisas sobre as mulheres antecederam a renovação universitária e devem tributo aos «movimentos feministas que, na tentativa de recuperação de uma memória colectiva, colocaram as mulheres na cena da história» (Vaquinhas, 2002c: 149). O forte impacto dos movimentos de mulheres e feministas implicou a valorização das questões relativas às mulheres, por via da sua vertente reivindicativa, e suscitou um profícuo debate teórico e epistemológico no seio das ciências sociais e humanas, pela crítica aos paradigmas do universal, do progresso, da neutralidade e da natureza humana, entre outros (Scott, 1988).

Não menos importante foi o seu papel junto das organizações internacionais que, a partir da década de 1970, incluíram na sua agenda, de modo mais sistemático, as questões relativas aos direitos das mulheres. A celebração do Ano Internacional da Mulher e a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em 1975, a proclamação, pela ONU, da Década das Mulheres (1976-1985) e a aprovação, em 1979 da *Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres*, com carácter global e vinculativo para todos os países que a ratifiquem, mobilizaram a comunidade internacional para a luta contra a discriminação e pela afirmação dos direitos das mulheres (Ergas, 1995; Silva, 2000). Os estudos sobre as mulheres foram particularmente incentivados na II Conferência

²⁰ Na impossibilidade de referir todas as obras, destacam-se algumas obras de referência ou de publicação mais recente: Silva, 1999b; Castro e Esteves (dir.), 2005; Bock e Cova (dir.), 2003; Joaquim e Galhardo (orgs.), 2003; Vaquinhas, 2000; Lopes, 2005; para finalizar esta selecção, refira-se, ainda, que a editora Afrontamento publicou a versão portuguesa da *História das Mulheres no Ocidente*, dirigida por Georges Duby e Michelle Perrot, e que os Livros Horizonte têm uma colecção intitulada «Mulher e Sociedade» que tem dado à estampa diversas teses de mestrado.

Mundial sobre as mulheres promovida pelas Nações Unidas. Convergiram nesse sentido uma forte presença de mulheres do meio académico no *forum* de organizações não governamentais, a apresentação de um relatório da UNESCO, de carácter transnacional, que fazia o ponto da situação sobre programas de investigação e ensino naquela área de estudos e indicava recomendações para o seu desenvolvimento, e, por fim, o facto de o local escolhido para a conferência (Copenhaga) se situar na Europa escandinava onde aqueles estudos conheciam um avanço significativo. Esta conjuntura foi crucial para o grande estímulo conferido pela então CCF aos estudos sobre as mulheres em Portugal (Silva, 1999a).

Nos anos noventa aqueles deixaram de ser considerados como questões específicas das mulheres e a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) constituiu um marco fundamental ao consignar os Direitos das Mulheres como parte integrante e inalienável dos Direitos Humanos. Tratou-se, não de uma reconceptualização da universalidade dos direitos humanos na sua essência, mas de um questionamento da sua interpretação e aplicação (Silva, 1999a; Procacci e Rossilli, 1997). A partir dessa data, todas as conferências mundiais integraram esta perspectiva no pressuposto de que «não é mais possível pensar a solução dos problemas do mundo em termos neutros» (Silva, 2000). A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Pequim, 1995) consolidou de forma notória este processo e identificou áreas críticas em relação às quais definiu objectivos e medidas prioritárias. Entre as medidas a adoptar pelos governos, autoridades educativas e outras instituições educativas e académicas inclui-se «apoiar e desenvolver a investigação e os estudos de género em todos os níveis de educação, especialmente a nível de pós-graduação por instituições académicas, e aplicá-los na elaboração dos *curricula*, inclusive os universitários, nos manuais escolares e nos meios auxiliares assim como na formação de docentes» (ONU, 2001: 59). As Nações Unidas têm desempenhado um papel pioneiro e crucial, pois «não só indicaram às outras organizações internacionais e aos governos nacionais as linhas de fundo e as ideias essenciais, como formaram de facto uma opinião pública mundial sobre estes temas» (Procacci e Rossilli, 1997: 827).

A nível europeu, mais do que a União Europeia, ainda muito vinculada às competências económicas, sua marca de origem, destaca-se a acção do Conselho da Europa. Em matéria de igualdade, passou-se de uma perspectiva centrada nas mulheres e de estratégias focalizadas nas áreas legislativa e social para «uma nova abordagem que perspectiva a igualdade no quadro dos direitos humanos» (Silva, 2002: 20). Esta nova abordagem tem-se traduzido na formulação de novos desafios e recomendações aos Estados-membros, nomeadamente no que se refere ao alargamento de competências e de domínios de acção dos Mecanismos Nacionais para a Igualdade. Preconiza-se, neste sentido, que

«investigadores e universitários podem ser parceiros preciosos dos mecanismos institucionais, tanto no que respeita à investigação fundamental em termos de estudos sobre as mulheres e sobre a igualdade entre mulheres e homens, como no desenvol-

vimento do quadro teórico, das ferramentas e dos instrumentos que permitam controlar e avaliar o sucesso das políticas para a igualdade e da abordagem integrada da igualdade entre mulheres e homens» (Silva, 2004: 41).

A história das mulheres e o seu ensino mereceram, também, por parte do Conselho da Europa, uma atenção especial que se traduziu na publicação, em 2000, da obra, cometida à historiadora Ruth Tudor, intitulada *Enseigner l'histoire des femmes au 20e siècle: la pratique en salle de classe* (Tudor, 2000).

Em Portugal, a acção da CIDM em prol dos estudos sobre as mulheres remonta aos anos setenta, incluindo a publicação de comunicações em congressos e de pesquisas por ela impulsionadas. Nos últimos anos, a política de co-edição e patrocínio tem-se reforçado, sendo de destacar, na área da história, o apoio a duas obras de referência, a saber, o repertório bibliográfico *A Mulher. Bibliografia Portuguesa Anotada (Monografias: 1518-1998)* e o *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)* (Silva, 1999b; Castro e Esteves, 2005).

5. A presença das mulheres nas universidades

O aumento do número de mulheres nas universidades e centros de investigação tem sido apontado como um factor propício ao adiantamento dos estudos e da história das mulheres. Esta conjectura tem de ser ponderada, em função do questionamento dos seus próprios termos, a três níveis. Em primeiro lugar o interesse pelos estudos sobre as mulheres e de género não é um atributo inerente às mulheres, pelo que o seu acesso à investigação e à docência universitária não se traduz no desenvolvimento automático daquelas áreas ao nível da investigação e do ensino. O aumento do número de mulheres nas instituições apenas possibilita um acréscimo das probabilidades daquelas áreas de estudo serem incrementadas, tendo em conta que mais mulheres do que homens a elas se têm dedicado.

Em segundo lugar, é necessário analisar como se apresenta, em rigor, essa presença de mulheres no ensino superior e nos centros de investigação, isto é, como é que os pesos relativos entre mulheres e homens se têm alterado nas distintas instituições e, dentro de cada uma delas, nas diversas áreas disciplinares, na hierarquia profissional, nos cargos de coordenação e de direcção, de modo a compreender os contextos de potencial liberdade (ou poder) para uma intervenção efectiva. Verifica-se que, mesmo quando as percentagens de investigadoras e professoras universitárias são elevadas, a proporção de mulheres titulares de lugares de topo de carreira ou de cargos de direcção e de coordenação mantém-se baixa. A importância do estatuto académico das professoras e investigadoras, a estrutura e o funcionamento orgânico do sistema e a maior ou menor resistência dos poderes instituídos geram diferenças a nível internacional e no interior dos países, relativizando o peso do quantitativo de efectivos na projecção daquelas áreas de estudo. A própria existência de efeitos directos da elevada feminiza-

ção da população discente das universidades no aumento da percentagem de mulheres no corpo docente é discutível (Perrot, 2002).

Um estudo de Irene Vaquinhas revela, por exemplo, que na Universidade de Coimbra o aumento do peso relativo das professoras após o 25 de Abril de 1974 não é tão espectacular como se poderia esperar face à elevada feminização do corpo discente: «Em 1975-1976, a percentagem de mulheres no corpo docente (...) era de 28,2%, em 1985-1986, de 29,8%, alcançando, na actualidade, cerca de 39,1%» (Vaquinhas, 2002: 339). Acresce que o último valor, como alerta a autora, poderá pecar por excesso, dado não incluir as Faculdades de Ciências e de Tecnologia. No que respeita aos cargos de chefia (Presidentes dos Conselhos Directivo, Científico, Pedagógico e da Assembleia de Representantes), as percentagens são ainda mais baixas: 19,4% e 23,1%, respectivamente, para 1985/86 e 1998/99. A análise da situação específica do Departamento de História causa, ainda, maior perplexidade. Na década de 1990, as historiadoras representam, em média, apenas 35,2% do total de docentes e investigadores, valor que se situa abaixo do registado para a década anterior (35,4%). A autora conclui que «o Grupo de História, na Universidade de Coimbra, tem permanecido como um universo masculinizado, não se perspectivando, a curto prazo, alterações significativas, dado o congelamento da abertura de vagas» (Vaquinhas, 2002: 341).

A nível nacional, em 2001/02, as mulheres representavam 41,4% do pessoal docente do ensino superior, mas esta percentagem desce para 34,8% quando se excluem as pessoas que se encontravam em situação de pré-carreira. Em meados da década de 1990, apenas 6,7% do total de mulheres inseridas na carreira académica eram professoras catedráticas, enquanto que no caso dos homens a percentagem era de 24,4% (CIDM, 2004).

Um estudo comparativo em onze países da Commonwealth²¹ (Morley, 2005) revela que, em 2002, a percentagem de professoras universitárias apenas ultrapassa os 20% em três países, Nova Zelândia (20,7%), Austrália (22,4%) e Jamaica (42,1%). O Reino Unido e o Canadá, pertencentes ao que se designa por mundo ocidental, exibem valores inferiores (17,6% e 19,9% respectivamente). O peso das mulheres diminui nos cargos de decisão. Nos mesmos países, as percentagens variam entre 0% (Jamaica e Uganda) e 24,4% (Austrália). O Canadá apresenta a segunda percentagem mais elevada (18,8%) e o Reino Unido a terceira (14,7%). Em sete dos onze países a percentagem de professoras não ultrapassa os 10%. A autora sublinha o contraste entre a lentidão das mudanças no ensino superior no que respeita às relações de género e a rapidez a que se têm processado as alterações a nível geral.

Em França a taxa de feminização do corpo docente nas faculdades de letras era, no início do século XXI, de 27%, mas este valor diminuiu para 23% quando se consideram apenas os níveis mais elevados da carreira (Perrot, 2002).

²¹ Os países considerados foram: África do Sul, Austrália, Canadá, Índia, Jamaica, Nigéria, Nova Zelândia, Reino Unido, Sri Lanka, Tanzânia e Uganda.

As mulheres continuam a estar sub-representadas nos lugares mais elevados da carreira e nos cargos de responsabilidade, bem como em determinadas áreas científicas, como a engenharia e a tecnologia. O peso da dificuldade da conciliação entre a vida profissional e familiar, por exemplo, é ilustrado pelo caso da Open University do Reino Unido (Donovan *et al.*, 2005). As suas faculdades de ciências e de tecnologia, situadas entre as mais bem cotadas do país, exibem percentagens mais elevadas de professoras do que as outras suas congéneres. Em 1999 a faculdade de ciências contava com 42% de professoras a tempo parcial e 35% a tempo inteiro contra os 25% da média nacional; a faculdade de tecnologia tinha 19% a tempo parcial e 22% a tempo inteiro contra os 13% a nível nacional²². A oportunidade de trabalho docente a tempo parcial permite às mulheres com crianças pequenas não interromper a carreira profissional e a respectiva progressão, facilitando-lhes, mais tarde a passagem para o trabalho a tempo inteiro. Este exemplo mostra, também, como o trabalho a tempo parcial pode afigurar-se circunstancialmente favorável às mulheres e contribuir para perpetuar as assimetrias nas relações sociais entre mulheres e homens.

Um terceiro nível de questionamento prende-se com a relação entre investigação e ensino, aspecto fundamental da sustentabilidade de qualquer área do saber (Fernández, 2004; Dumont, 2002). A análise da implantação institucional dos estudos sobre as mulheres e da história das mulheres em distintos contextos nacionais, atrás realizada, mostrou que o ensino é um dos pontos mais frágeis da sua afirmação nas universidades. Esta dificuldade remete para a problemática da relação entre os lugares epistemológicos e institucionais de produção e de transmissão de conhecimento nesta área de estudos.

6. Interdisciplinaridade e disciplinaridade – um debate em aberto

Os riscos dos programas de ensino interdisciplinares em estudos sobre as mulheres ou sobre género têm sido enunciados. Em geral, os currículos são compostos por matérias que, embora se destinem a conferir uma formação interdisciplinar, são leccionadas por docentes provenientes de quadros disciplinares específicos. Cada estudante toma contacto com as potencialidades da multidisciplinaridade, mas confronta-se, também, com os limites de uma «aquisição de diversos saberes disciplinares integrados «fora de contexto», sem conhecimentos sobre os fundamentos teóricos ou sobre as escolas de pensamento a que correspondem os textos estudados» (Chaponnière e Hiltmann, 2004: 7). Não menos relevante é a dificuldade sentida pelo corpo docente em avaliar trabalhos que se inserem de forma mais radical numa perspectiva interdisciplinar.

Beatriz Nizza da Silva defende que o alargamento às diversas áreas do

²² A oferta de trabalho a tempo parcial é específica da Open University em virtude da sua vocação de ensino à distância.

conhecimento constitui um importante elemento formativo para quem investiga, porque lhe abre novas perspectivas e lhe proporciona novos questionamentos, mas a fidelidade à disciplina de origem, por exemplo à história, deve manter-se com os seus métodos e ferramentas próprias (Silva, 1999). No mesmo sentido, Susan Friedman (2001) refere-se a uma «dupla “casa” a partir da qual eu “viajo” para outras disciplinas e à qual volto novamente: uma “casa de base” disciplinar (...) e uma «casa de base» política (...)». A primeira *casa* confere-lhe uma pertença intelectual, base de conhecimento e de metodologia, e a segunda é o lugar onde a abordagem das relações de género e de poder se traduz num compromisso político de mudança e de justiça social.

Fazendo o balanço de um programa interuniversitário de doutoramento em Estudos de Género criado na Suíça²³, Lorena Parini conclui que «um vaivém constante entre disciplinaridade e interdisciplinaridade permite manter um equilíbrio entre a especialização necessária à obtenção do título de doutor e a interdisciplinaridade que será, muitas vezes, a situação efectiva de trabalho após a tese» (2004: 30). A valorização da interdisciplinaridade como processo, no qual o trabalho individual ocupa uma posição central, é compartilhada por Susan Friedman (2001). Esta autora defende a relação entre a investigação feminista disciplinar e interdisciplinar, mas coloca reservas aos doutoramentos em estudos sobre as mulheres no actual contexto académico americano enquanto formalização de um campo interdisciplinar.

Nos EUA a interdisciplinaridade expandiu-se na academia, mas «parece vir do topo, dos administradores e das agências financiadoras» (Finger e Rosner, 2001) e não, como nos anos 1970, da proposta de investigadoras. Como sustenta Susan Friedman (2001), este novo discurso institucional resultou menos da influência dos estudos sobre as mulheres, apesar do seu inegável contributo para alterar as territorialidades disciplinares, do que do «interface de duas ou mais disciplinas, em especial do trabalho de colaboração realizado por cientistas formados em diferentes disciplinas que se reúnem para resolver problemas particulares, produzindo, assim, conhecimento interdisciplinar a partir de um trabalho de equipa multidisciplinar». Isto significa que a interdisciplinaridade se afirmou a partir de modos de fazer subordinados a objectivos pragmáticos e não do núcleo de uma ou mais ciências, por isso tem resultado menos da interacção entre as ciências do que da justaposição de saberes e métodos. No quadro europeu, Martine Chaponnière e Gabrielle Hiltmann apelidam de retórica a exigência da interdisciplinaridade por parte das instituições de financiamento da investigação científica «sem que se saiba ao certo o que é pedido e, claro, sem qualquer referência aos trinta anos de experiência universitária em *études femmes* e em *études genre*» (2004: 4)²⁴.

²³ O referido programa de doutoramento envolve quatro universidades: Basileia, Zurique, Berna/Friburgo e Lausanne/Genève.

²⁴ As autoras optam pela terminologia *études femmes* e *études genre* a fim de traduzir em língua francesa a polissemia das expressões *women's studies* e *gender studies*.

O problema da marginalização dos estudos sobre as mulheres, não só em termos académicos, mas também no que respeita às lógicas de empregabilidade, tem conduzido a soluções de compromisso, como o da Universidade de Toronto (Canadá), que fornece diplomas disciplinares com uma menção de especialização em estudos sobre as mulheres. Estes tão pouco logram atingir um estatuto assaz meritório nos EUA, onde «as/os estudantes e as/os docentes implicadas no feminismo académico arriscam uma perda de poder, de prestígio, de relações de amizade e de dinheiro» (Boxer, 2001: 16).

Neste contexto, como configurar, por exemplo, uma carreira universitária em Portugal, presente ou futura, para pessoas doutoradas em Estudos sobre as Mulheres? O problema afigura-se incontornável face à estrutura disciplinar que preside à orgânica das instituições e, em consequência, à definição das vagas postas a concurso (Parini, 2004). Apesar do discurso da interdisciplinaridade, «ninguém se preocupa em alterar verdadeiramente a organização do saber, a qual é estruturalmente disciplinar» (Chaponnière, 2004: 15). A vinculação disciplinar funciona como factor de bloqueio à institucionalização dos estudos sobre as mulheres ou sobre género, mesmo nos EUA, nos quais se constata que, não só cerca de quatro quintos do corpo docente está afecto aos quadros das disciplinas tradicionais, como a maioria daqueles programas de estudos funcionam com base na contratação de pessoal a tempo parcial (Boxer, 2001).

O desenvolvimento dos estudos culturais nos EUA e na Alemanha tem-se mostrado favorável à introdução da problemática da pluri e/ou da interdisciplinaridade na cultura científica, distintamente do que ocorre noutros países, onde o quadro disciplinar impera (Chaponnière e Hiltmann, 2004; Hufton, 1995). Em França, a integração disciplinar continua a ser a via privilegiada pela história das mulheres, como testemunha a escolha do título da revista *Clio. Histoire, femmes et sociétés*, pois, de acordo com uma das suas directoras, «designar-se “CLIO” (...) é afirmar que a história das mulheres e do género pertence inteiramente à disciplina histórica, é empurrar, através do diálogo com a comunidade dos historiadores franceses, as portas da legitimidade» (Thébaud, 2004: 21).

Martine Chaponnière distingue duas direcções na investigação feminista. Uma, mais disciplinar, de pesquisa sobre as mulheres e sobre as relações sociais de género. A outra, que procura desenvolver uma metodologia própria para a investigação feminista, «passa cada vez mais por um discurso sobre a própria investigação feminista» (Chaponnière, 2004: 16) tornando-se um metadiscorso. Este, apesar de impelir para a interdisciplinaridade, não se tem mostrado favorável ao diálogo com as e os investigadores das várias disciplinas, porque o debate centrado em torno da diversidade das teorias feministas o tem encerrado num certo hermetismo. Segundo a autora, estas duas direcções têm dificuldade em convergir. Ela considera que «tudo converge actualmente para que se permaneça na disciplinaridade mais esclerosada» (*Ibidem*: 18), porque «quando fazemos interdisciplinaridade não fazemos progredir a nossa própria disciplina e quando não fazemos progredir a nossa própria disciplina é fundamentalmente o nosso

poder que colocamos em jogo» (*Ibidem*: 19). Preocupação idêntica é enunciada por June Purvis face à tendência, no Reino Unido, de integrar as disciplinas de história das mulheres e do género em cursos de cariz interdisciplinar, em detrimento da sua inclusão nos cursos de história (Purvis, 1997).

A valorização da interdisciplinaridade em termos académicos suscita o questionamento não só da interdisciplinaridade – mistura ou fusão de disciplinas? –, como do próprio sentido da existência de cada disciplina específica – incluindo a reflexão sobre o lugar da disciplina como área de saber ou como área de poder académico. Susan Friedman (2001) prevê, ainda, a possibilidade de novas áreas nascidas da interdisciplinaridade, como os estudos sobre as mulheres ou os estudos culturais, se virem a converter em disciplinas específicas e, portanto, com as suas fronteiras e as suas metodologias bem delimitadas.

A institucionalização desta área de estudos significa, também, integrar num conjunto disciplinar delimitado as suas problemáticas inovadoras e subversivas e conter, de certo modo, a sua dimensão política. A expressão *estudos feministas*, independentemente das duas direcções atrás assinaladas, uma de carácter mais disciplinar e empírico e outra mais supradisciplinar e teórica, reporta-se à faceta política, que marcou aqueles estudos na sua origem e que os relacionava de forma intrínseca ao imperativo de mudança, e à filiação em teorias feministas. Deste modo, nem todos os trabalhos em estudos sobre as mulheres ou em história das mulheres são feministas (Mies, 1991; Purvis, 1997). O progressivo reconhecimento académico dos estudos sobre as mulheres ou da história das mulheres não eliminou os constrangimentos à investigação pois «foram estabelecidos processos de assimilação que podem funcionar também como processos de neutralização» (Collin, 2003: 68). Pressões de ordem diversa, como a progressão na carreira, a inserção em grupos ou projectos de investigação, a resposta a trabalhos encomendados ou a maior ou menor aceitação editorial, coagem a escolha dos temas e o próprio modo de os abordar. A assunção de um vínculo entre o político e o teórico não deve ser entendida como uma manipulação do pensamento e da investigação em função de objectivos de acção predeterminados, mas pode traduzir, como propõe Françoise Collin, uma atitude de vigilância intelectual permanente, a fim de «salvaguardar a indisciplina no seio da disciplina» (*Ibidem*: 62), ou seja, continuar a subverter o campo teórico e simbólico, através da reformulação e diversificação qualitativa das problemáticas e da renovação dos próprios processos de pesquisa.

Referências bibliográficas

- AAVV (1987), *A Mulher e o Ensino Superior, a Investigação Científica e as Novas Tecnologias em Portugal*, Lisboa, CIDM.
- AAVV (1993), *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Lisboa, CIDM.
- Alvim, Maria Helena Vilas-Boas e (2000), «Ser mulher ontem e hoje; e amanhã? A Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres», *Faces de Eva*, 3, 137-146.

- Araújo, Helena Costa (1993), *The Construction of Primary Teaching as Women's Work in Portugal, 1870-1933*, Dissertação de Doutoramento (PhD), Inglaterra, Open University, (policopiado).
- Audem, [em linha] disponível em <http://www.audem.com/centrosuniversitarios.php> [consultado em 07/09/2006].
- Avdela, Efi (2003), «L'histoire des femmes au sein de l'historiographie grecque contemporaine», in Gisela Bock e Anne Cova (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 81-96.
- Bard, Christine (2003), «Jalons pour une histoire des études féministes en France (1970-2002)», *Nouvelles Questions Féministes. Revue Internationale francophone*, vol. 22, n.º 1, 14-30.
- Barreira, Cecília Maria Gonçalves (1991), *Universos femininos em Portugal: retrato da burguesia em Lisboa – 1890-1930*, Dissertação de doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL.
- Bock, Gisela (1991), «La historia de las mujeres y la historia del género: Aspectos de un debate internacional», *Historia Social*, n.º 9, Universidad de Valencia, 55-77, [em linha] disponível em http://www.sas.ac.uk/ilas/genero_segunda1_bock.pdf [consultado em 07/07/04].
- Bock, Gisela, Cova, Anne (dir.) (2003), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta.
- Boxer, Marilyn J. (2001), «"Women's Studies" aux États-Unis trente ans de succès et de contestation», *Clio*, n.º 13, *Intellectuelles*, 34 pp., [em linha] disponível em <http://clio.revues.org/document142.html?format=print> [consultado em 08/09/2006].
- Bretes, Maria da Graça (1989), *O discurso sobre a educação sexual em Portugal (do início do século XX até à década de trinta do mesmo século)*, dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH-UNL.
- Castro, Zília Osório de, Esteves, João (dir.) (2005), *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Centro de Estudos de Género da Universidade do Panteão de Atenas, [em linha] disponível em <http://www.genderpanteion.gr/en/index.php> [consultado em 18/10/2006].
- Chaponnière, Martine (2004), «Impossible interdisciplinarité?», *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 23, n.º 1, *Les disciplines en jeu*, 12-20.
- Chaponnière, Martine, Hiltmann, Gabrielle (2004), «L'interdisciplinarité entre idéal et réalité – une approche pragmatique», *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 23, n.º 1, *Les disciplines en jeu*, 4-11.
- CIDM (2004), *A Igualdade de Género em Portugal 2003*, Lisboa, CIDM.
- Collin, Françoise (2003), «Ruptures. Résistance. Utopie», *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 22, n.º 1, *In/discipline. La volonté de faire science?*, 61-70.
- Correia, Judite (1991), *A mulher e a associação de classes em Portugal: 1880-1900*, Dissertação de mestrado, FCSH-UNL.
- Cova, Anne (1998), «L'enseignement de l'histoire des femmes dans la Péninsule Ibérique», in Anne-Marie Sohn e Françoise Thélamon (dir.), *L'Histoire sans les femmes est-elle possible?*, Rouen, Perrin, 313-323.
- Cova, Anne (1999a), «Escrever a História das Mulheres», *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais (6 a 11 de Julho de 1998)*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, vol. 4, 117-129.
- Cova, Anne (1999b), «Género e História das Mulheres», in Félix Neto, Teresa Joaquim, Rui Soares e Teresa Pinto (orgs.), *Igualdade de Oportunidades, Género e Educação*, Lisboa, Universidade Aberta, 49-55.

- Cova, Anne (2001), «Balanço historiográfico da história das mulheres: o século XX», in Maria Helena Vilas-Boas Alvim e Anne Cova (orgs.), *Mulheres, História e Sociedades. Linhas de investigação nos finais do século XX*, Lisboa, Universidade Aberta, 107-117.
- Cova, Anne (2003), «L'histoire des femmes au Portugal: le XXe siècle», in Gisela Bock e Anne Cova (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 49-66.
- Crabbe, Brigitte et al. (1985), *Les femmes dans les livres scolaires*, Bruxelas, Pierre Mardaga Edit.
- Cruz, Manuel Braga da, Pinto, António Costa (dir.) (2004-2005), *Dicionário Biográfico Parlamentar (1935-1974)*, 2. vols, Lisboa, Assembleia da República/Imprensa de Ciências Sociais.
- De Giorgio, Michela (1996), «Women's history in Italy (nineteenth and twentieth centuries)», *Journal of Modern Italian Studies*, vol. 1, n.º 3, 413-431.
- De Giorgio, Michela (2003), «Racontar l'histoire des femmes en Italie», in Gisela Bock e Anne Cova (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 67-79.
- Donovan, Claire et al. (2005), «Women in higher education: Issues and challenges for part-time scientists», *Studies International Forum*, vol. 23, n.º 2-3, 247-258.
- Duby, Georges, Perrot, Michelle (dir.) (1993-1995), *História das Mulheres no Ocidente*, 5 vols., Porto, Edições Afrontamento.
- Dufrancatel, Christiane, et al. (1979), *L'Histoire sans Qualités*. Paris: Galilée.
- Dumont, Micheline (2002), *Découvrir la mémoire des femmes. Une historienne face à l'histoire des femmes*, Montreal, Ed. Remue-Ménage.
- Ergas, Yasmine (1995), «O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980», in Georges Duby e Michelle Perrot, (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, Porto, Edições Afrontamento, 583-611.
- Esteves, João Gomes (1989), *A Liga Republicana das mulheres portuguesas: uma organização política e feminista (1909-1919)*, Dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH-UNL.
- Ex æquo* (2001), n.º 5, *A construção dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal I*.
- Ex æquo* (2002), n.º 6, *A construção dos Estudos sobre as Mulheres em Portugal II*.
- Farge, Arlette (1979), «L'histoire ébruitée. Des femmes dans la société pré-révolutionnaire parisiennes», in Christine Dufrancatel, et al., *L'Histoire sans Qualités*, Paris, Galilée, 13-39.
- Fernández Valencia, Antonia (2004), «El género como categoría de análisis en la enseñanza de las Ciencias Sociales», in María Isabel Vera Muñoz e David Pérez I Pérez (ed.), *Formación de la ciudadanía: las TICs y los nuevos problemas*, Alicante, Asociación Universitaria del Profesorado de Didáctica de las Ciencias Sociales, 565-583.
- Ferreira, Virgínia (2000), «A Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Breve Apresentação», *Faces de Eva*, n.º 4, pp. 125-128.
- Ferreira, Virgínia, Tavares, Teresa, Portugal, Sílvia (ed.) (1998), *Shifting Bonds, Shifting Bounds. Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta.
- Finger, Anke, Rosner, Victoria (2001), «Doing Feminism in interdisciplinary contexts», *Feminist Studies*, Summer, [em linha] disponível em http://www.findarticles.com/cf_0/m0300/2_27/78392726/print.jhtml [consultado em 30/09/2003].
- Fonseca, Maria Manuel Baptista Vieira da (1988), *Práticas de educação feminina nas classes superiores*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH – UNL.
- Friedman, Susan Stanford (2001), «Academic Feminism and Interdisciplinarity», *Feminist Studies*, Summer, [em linha] disponível em http://www.findarticles.com/cf_0/m0300/2_27/78392727/print.jhtml [consultado em 30/09/2003].
- Gubin, Eliane (1994), «Histoire des femmes, histoire de genre», *Sextant. Revue du Groupe Interdisciplinaire d'Etudes sur les Femmes*, n.º 2, 89-103.
- Hufton, Olwen (1995), «Femmes/hommes: une question subversive», in Jean Boutier,

- Dominique Julia (dir.), *Passés recomposés. Champs et Chantiers de l'Histoire*, Paris, Ed. Autrement, 235-242.
- Joaquim, Teresa (2001), «Notas sobre os Estudos sobre as Mulheres na Produção e Formação Científicas», in Teresa Pinto (coord.), *A Profissão Docente e os Desafios da Coeducação. Perspectivas teóricas para práticas inovadoras*, Lisboa, CIDM, 29-39.
- Joaquim, Teresa (2004), «Ex æquo: Contributo decisivo para um campo de estudos em Portugal», *Revista de Estudos Feministas* [em linha], vol. 12, n.º especial, 88-93, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0104-026X2004000300009&lng=en&nrm=iso [consultado em 02/10/2006].
- Joaquim, Teresa, Galhardo, Anabela (orgs.) (2003), *Novos Olhares. Passado e Presente nos Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Oeiras, Celta.
- La Fuente, Maria José de (1989), *O Ensino Secundário Feminino – os primeiros vinte anos da escola Maria Pia*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH/UNL.
- Lamas, Rosa Maria Wank-Nolasco (1993), *O Feminismo Português através da leitura da Alma Feminina e do Portugal Feminino*, Dissertação de doutoramento, Lisboa, FCH/U. Católica.
- Lopes, Ana Maria Costa (2005), *Imagens da Mulher na imprensa feminina de oitocentos. Percursos de modernidade*, Lisboa, Quimera.
- Mies, Maria (1991), «Women's Research or Feminist Research? The Debate Surrounding Feminist Science and Methodology», in Mary Margaret Fonow e Judith A. Cook (ed.), *Beyond Methodology. Feminist Scholarship as Lives Research*, Bloomington, Indiana University Press, 60-84.
- Miranda, Helena Costa Pinto dos Reis (1993), «A pedagogia de Teresa Saldanha». *Um contributo para a história da formação pessoal e social em Portugal no século XIX*, Dissertação de mestrado, Aveiro, U. Aveiro.
- Morley, Louise (2005), «Gender equity in Commonwealth higher education», *Women's Studies International Forum*, vol. 23, n.º 2-3, 209-221.
- Nash, Mary (2003), «Women's History in Contemporary Spain: Issues in the 1990s», in Gisela Bock e Anne Cova (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 9-26.
- Nash, Mary (ed.) (1984), *Presencia y protagonismo. Aspectos de la historia de la mujer*, Barcelona, Ediciones del Serbal, pp. 9-50.
- Nóvoa, António (dir.) (2003), *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Ed. Asa.
- ONU (2001), *Plataforma de Acção de Pequim, 1995, e Iniciativas e Acções Futuras. Igualdade de Género, Desenvolvimento e Paz para o século XXI*, Lisboa, CIDM.
- Osservatorio sulla differenza/differenze, [em linha] disponível em www.osservatoriosuladifferenza.unina.it/ricerca.htm [consultado em 12/10/2006].
- Parini, Lorena (2004), «L'expérience interdisciplinaire à l'École doctorale lémanique en Études genre», *Nouvelles Questions Féministes*, vol. 23, n.º 1, *Les disciplines en jeu*.
- Perrot, Michelle (1998), *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*, Paris, Flammarion.
- Perrot, Michelle (2002), «Faire l'histoire des femmes: bilan d'une expérience», in Jacqueline Laufer, Catherine Marray, Margaret Maruani (dir.), *Masculin-Féminin: questions pour les sciences de l'homme*, Paris, PUF, 229-244.
- Pinto, Teresa (2007), «Educação e políticas para a igualdade em Portugal. Balanço e perspectiva», in Lígia Amâncio et al. (orgs.), *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*, Lisboa, D. Quixote, 141-154.
- Procacci, Giovanna, Rossilli, Maria Grazia (1997), «La construction de l'égalité dans l'action des organisations internationales», in Christine Fauré (dir.), *Encyclopédie Politique et Historique des Femmes*, Paris, PUF, 827-859.
- Purvis, June (1997), «From «women worthies» to poststructuralism? Debate and contro-

- versy in women's history in Britain», in June Purvis (ed.), *Women's History Britain, 1850-1945: an introduction*, 2.ª ed., Londres, UCL Press, 1-22.
- Ramos, Maria Dolores (2003), «¿Clío en la encrucijada? A propósito de la historia de las mujeres (1990-2000)», *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol. 10, n.º 1, 81-103.
- Ribeiro, Maria da Conceição (1990), *Pano para Mangas: uma revolução na moda feminina urbana portuguesa (1914-1930)*, dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH-UNL.
- Ribeiro, Maria Manuela Macedo (1992), *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas em regiões de montanha: Barroso, 1940-1990. Um estudo de sociologia em que as mulheres também contam*, dissertação de doutoramento, Vila Real, U. de Trás-os-Montes.
- Rocha, Cristina (1989), *A Educação Feminina entre o particular e o público: o ensino secundário liceal nos anos 30*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, FCSH-UNL.
- Scott, Joan Wallach (1986), «Gender: A Useful Category of Historical Analysis», *The American Historical Review*, vol. 91, n.º 5.
- Scott, Joan Wallach (1988), «The Problem of Invisibility», in S. Jay Kleinberg (ed.), *Retrieving Women's History. Changing Perceptions of the Role of Women in Politics and Society*, Oxford, Berg, 5-29.
- Silva, Janine Gomes da (2003), «Sobre a «aventura intelectual da história das mulheres»: entrevista com Françoise Thébaud», *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 11, n.º 1, 195-216.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1999), «Passado e presente nos Estudos sobre as Mulheres», in Félix Neto, Teresa Joaquim, Rui Soares e Teresa Pinto (orgs.), *Igualdade de Oportunidades, Género e Educação*, Lisboa, Universidade Aberta, 43-47.
- Silva, Maria Regina Tavares da (1993), «“Estudos” sobre as Mulheres em Portugal – Breve perspectiva histórica», in AAVV, *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Lisboa, CIDM, 59-67.
- Silva, Maria Regina Tavares da (1999a), «Estudos sobre as mulheres em Portugal. Um olhar sobre o passado», *ex æquo*, n.º 1, 17-28.
- Silva, Maria Regina Tavares da (1999b), *A Mulher. Bibliografia Portuguesa Anotada (Monografias: 1518-1998)*, Lisboa, Cosmos.
- Silva, Maria Regina Tavares da (org.) (1983), *Exposição Bibliográfica sobre a Mulher. Catálogo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Silva, Regina Tavares da (2000), *O Associativismo e os Direitos das Mulheres*, Odivelas, Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas.
- Silva, Regina Tavares da (2002), *Twenty-five years of Council of Europe action in the field of equality between women and men*, Estrasburgo, Conselho da Europa.
- Silva, Regina Tavares da (2004), *Étude sur le bilan de fonctionnement effectif des mécanismes nationaux pour l'égalité entre les femmes et les hommes dans les États membres du Conseil de l'Europe*, Estrasburgo, Conseil de l'Europe.
- Sousa, Maria Reynolds de (2001), «Estudos sobre as Mulheres em Portugal», in Teresa Pinto (coord.), *A Profissão Docente e os Desafios da Coeducação. Perspectivas teóricas para práticas inovadoras*, Lisboa, CIDM, pp. 21-28.
- Sousa, Maria Reynolds de (2003), «Instituições onde se realizam Estudos sobre as Mulheres», *Notícias – CIDM*, n.º 68, 21-22.
- Stroebe, Margaret, Bingham, Marjorie (2004), «The Theory and Practice of Women's History and Gender History in Global Perspective», in G. Bonnie Smith (ed.), *Women's History in Global Perspective*, vol. 1, Urbana, University of Illinois Press, 9-34.
- Thébaud, Françoise (1998), *Ecrire l'histoire des femmes*, Fontenay/Saint-Cloud, ENS Editions.
- Thébaud, Françoise (2003), «Écrire l'histoire des femmes en France: parcours historiogra-

- phiques, débats méthodologiques et rapports avec les institutions», in Gisela Bock e Anne Cova (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 97-115.
- Thébaud, Françoise (2004), «De Pénélope a Clio. Forces et faiblesses de l'histoire des femmes en France», *Faces de Eva*, n.º 11, 15-30.
- Tudor, Ruth (2000), *Enseigner l'histoire des femmes au 20e siècle: la pratique en salle de classe*, Estrasburgo, Conselho de Europa.
- Vaquinhas, Irene (1996), «Estudos sobre as Mulheres na Área da História», *História*, Ano XVIII (Nova Série), n.º 18, 51-61.
- Vaquinhas, Irene (2000a), «Breve reflexão historiográfica sobre a História das Mulheres em Portugal: o Século XX», *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 3, 81-101.
- Vaquinhas, Irene (2000b), «*Senhoras e Mulheres*» na *Sociedade Portuguesa do século XIX*, Lisboa, Colibri.
- Vaquinhas, Irene (2002a), «Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço», *História. Revista da Faculdade de Letras, Porto*, III Série, vol. 3, 201-221.
- Vaquinhas, Irene (2002b), «Breve reflexão a propósito da igualdade de oportunidades na Universidade de Coimbra depois do 25 de Abril de 1974», in Maria Helena Vilas-Boas Alvim, Anne Cova e Elvira Cunha de Azevedo Mea (org.), *Em torno da História das Mulheres*, Lisboa, Universidade Aberta, 337-344.
- Vaquinhas, Irene (2002c), «Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional: o caso da História», *ex æquo*, n.º 6, 147-174.
- Vaquinhas, Irene (2003), «L'historiographie sur les femmes au Portugal: le XIXe siècle», in Gisela Bock e Anne Cova (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, 27-47.
- Vaquinhas, Irene (coord.) (2004). *Entre Garçonnes e Fadas do Lar. Estudos sobre as mulheres na sociedade portuguesa do século XX*, Coimbra, FL-U. Coimbra.
- Zook, Melinda S. (2002), «Integrating Men's History into Women's History: A Proposition», *The History Teacher*, vol. 35, n.º 3, 2002, [em linha], disponível em <http://www.history-cooperative.org/journals/ht/35.3/zook.html> [consultado em 30/05/2004].

Teresa Pinto é investigadora do CEMRI – Universidade Aberta e doutoranda em Estudos sobre as Mulheres – História das Mulheres e do Género. Tem leccionado no Mestrado em Estudos sobre as Mulheres na mesma universidade. Participou como perita convidada no Seminário *Un nouveau contrat social entre les femmes et les hommes: le rôle de l'éducation* do Conselho da Europa (2000). Investiga sobre história das mulheres e da educação nos séculos XIX e XX. Tem diversos trabalhos publicados sobre estas temáticas, destacando-se *O Ensino Industrial Feminino Oitocentista. A Escola Damião de Góis em Alenquer*, Lisboa, Colibri, 2000. Endereço electrónico: teresa.pinto@netcabo.pt

Artigo recebido em Abril de 2007 e aceite para publicação em Julho de 2007.